



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*CONSELHO DE MINISTROSActa da sessão de 22 de Novembro de 1974

Presentes todos os Ministros, à excepção dos Ministros da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros.

O Ministro da Administração Interna participou dos trabalhos durante o período da noite.

No período da tarde fez-se substituir pelo Subsecretário de Estado da Administração Interna, que esteve também presente no período da noite.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros fez-se substituir pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

O Ministro da Educação Nacional só participou dos trabalhos durante o período da tarde.

I - Antes da ordem do dia

1. O Ministro dos Assuntos Sociais pediu ao Conselho uma palavra sobre o problema da cedência de instalações públicas a agrupamentos políticos - partidos da coligação ou outros.

A título de exemplo, citou um caso concreto em que tal problema já se lhe pôs relativamente a um partido da coligação - o de terem sido cedidas por funcionários do seu Ministério, sem sua



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

autorização, para utilização pelo Partido Comunista, as instalações do Instituto das Obras Sociais da Quinta de Valbom, perto do Porto, edifício luxuoso, muito cobiçado para colônias de férias, jardins de infância, etc.

Pensa que atitudes como esta resultam de extrapolação do caminho seguido logo após o 25 de Abril na entrega de sedes, e reflectem uma crise de autoridade.

No que respeita a outros grupos, a Luar já manifestou desejo de utilizar as mesmas instalações para encontros de militantes.

É sua opinião que nem aos partidos da coligação deviam ser cedidos equipamentos públicos e muito menos a outros agrupamentos políticos.

Intervieram:

- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro Vitor Alves
- O Subsecretário de Estado da Administração Interna
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro da Justiça
- O Primeiro Ministro
- O Ministro da Educação e Cultura

Síntese dos pontos de vista expressos:



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*Ministro Álvaro Cunhal

Quanto ao caso concreto com o Partido Comunista, lamenta não ter sido antes directamente informado.

Quanto ao problema genérico da cedência de instalações públicas a agrupamentos políticos, entende que o que não se pode aceitar é a existência de situações discriminatórias.

Ministro Vitor Alves

Entende que, em princípio, não deverá haver cedência de edifícios públicos que a isso se não destinem. E pensa que poderá destinar-se a esse fim um determinado núcleo de edifícios de que o Ministério da Administração Interna possa dispôr.

Ministro Magalhães Mota

Acha que vale a pena distinguir a cedência definitiva da cedência temporária. Entende que só deverão ser cedidos definitivamente edifícios que não tenham interesse para o Estado, e, estes, só a partidos com existência legal e em condições de utilização preestabelecidas, como forma de apoio do Estado aos partidos políticos.

A afectação temporária, que não deve prejudicar a afectação normal a um serviço público, também teria que se disciplinar.

Num caso e noutro o Ministério da Administração Interna canalizaria a utilização dos edifícios.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Ministro da Justiça

Entende que não valia a pena entrar em grande análise, e propôs que o Ministério da Administração Interna apresentasse um projecto de regulamento sobre esta matéria.

Primeiro Ministro

Entende que a orientação geral desse regulamento deve ser no sentido do desenvolvimento da democracia em Portugal, sem esquecer que há aldeias onde não existe, além da Casa do Povo, local onde seja possível realizar reuniões.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro da Educação e Cultura

Entende que o que está em causa é um problema interno do Ministério - a forma como os funcionários agem dentro do Ministério.

O Conselho deliberou que o caso concreto da cedência do Instituto ao Partido Comunista será resolvido entre o Ministro dos Assuntos Sociais e o Ministro Álvaro Cunhal. (Este disse que trará, não obstante, a sua resposta ao Conselho, embora possa dá-la fora da sessão.)

Mais deliberou que o Ministério da Administração Interna apresentará ao Conselho um projecto de regulamentação sobre a cedência de instalações públicas a agrupamentos políticos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

II - Ordem do dia

1. A sùmula da reunião anterior não foi distribuída a tempo de ser aprovada.

2. O Subsecretário de Estado da Administração Interna pediu que o ponto 2 da ordem do dia passasse para o fim da reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

3. O Ministro da Economia informou o Conselho sobre os incidentes da Direcção Geral do Turismo: assalto ao Palácio Foz para saneamento de funcionários e do próprio Subsecretário de Estado, que os assaltantes, membros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, chefiados por um indivíduo que não é trabalhador do ramo, conseguiram fazer sair.

Lamentou não ter sido possível qualquer intervenção da força pública.

Já foram apresentadas desculpas ao Subsecretário de Estado por membros do Sindicato, que não consideram o grupo representativo.

Já foi determinada a realização de um inquérito.

Já suspendeu um funcionário.

Fez um comunicado para tranquilizar os funcionários visados, que não querem continuar ao serviço.

Quanto ao membro do Governo, o Primeiro Ministro fará o que entender.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Sobre o assunto entrevistaram:

- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro da Justiça
- O Subsecretário de Estado da Administração Interna
- O Primeiro Ministro
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

Síntese dos pontos de vista expressos:

Ministro Vitor Alves

Fundação Cuidar o Futuro

Uma vez que há provas de que Cipriano de Oliveira é o responsável pela operação, entende que esse indivíduo deve ser processado.

Ministro da Justiça

Refere ter dito aos colegas do Governo que, quando haja problemas do foro judiciário, lho comuniquem.

Quanto a este caso concreto, pede ao Governo que lhe diga o que deve fazer.

Parece-lhe, porém, que se trata de um conflito em que os trabalhadores têm razão.

Pensa que o problema dos saneamentos é uma máscara do problema que está realmente em questão.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Acha que o processo seguido é que é extremamente condenável.
Solidariza-se, por isso, com o Ministro da Economia.

Subsecretário de Estado da Administração Interna

A propósito da falta de interveção da força pública, referiu que a gestão dos efectivos policiais se situa acima do Ministério da Administração Interna.

Ministro Vitor Alves

Afirmo estar bem assente que a PSP e a GNR dependem do Ministério da Administração Interna e que, se há dúvidas sobre se assim deve ser, o Conselho definirá se quer reafirmar o que está assente ou se quer que estas corporações passem para as Forças Armadas.

Subsecretário de Estado da Administração Interna

Pediu que o assunto voltasse à discussão quando o Ministro da Administração Interna estivesse presente.

Ficou assente a ideia de que tanto este caso como casos semelhantes que eventualmente venham a surgir deverão ser entregues à polícia judiciária.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

4. Entrou-se seguidamente na apreciação do projecto de decreto-lei sobre requisição de pessoal.

Este diploma tem por objectivo satisfazer a necessidade premente de utilizar temporariamente, na administração pública, indivíduos que actualmente desempenham funções em empresas privadas.

Intervieram na discussão:

- O Ministro da Educação e Cultura
- O Ministro da Economia
- O Subsecretário de Estado da Administração Interna
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro Magalhães Mota
- O Primeiro Ministro
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro das Finanças
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro Melo Antunes

Síntese dos pontos de vista expressos:

Ministro da Educação e Cultura

Não vê o alcance deste decreto.

Não lhe parece que a requisição seja método para resolver o problema da carência de técnicos no sector público.

Ou os requisitados são obrigados e não trabalharão com zelo e alegria, ou podem recusar a requisição e esta não faz sentido.

Ou o requisitado aceita, ou há uma situação de emergência que



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

justifica a solução, ou há uma solução coxa que vai escamotear o problema.

Ministro da Economia

Concorda com o pouco alcance prático do decreto.

Chama a atenção do Conselho para que o mesmo número de técnicos não significa o mesmo para empresas grandes e empresas pequenas.

Entende que isto deve ficar salvaguardado no diploma, embora caso a caso se pudesse resolver o problema.

Fundação Cuidar o Futuro

Subsecretário de Estado da Administração Interna

Referiu que o seu Ministério rejeitara o diploma na generalidade e apresentara sugestões que não circularam ainda por todos os Ministros.

Ministro Álvaro Cunhal

Salienta que a vantagem do diploma está no artigo 6º. Se não há esta garantia os requisitados ficam com o futuro por acautelar.

Ministro Magalhães Mota

O interesse do diploma era maior quando o projecto circulou pela 1ª vez, visto que a maior parte das situações já estão resolvi-



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

das.

Assim, justificar-se-ã se ainda houver necessidade de recorrer a técnicos do sector privado para actividades públicas.

Quanto à coercibilidade, salienta que se trata de requisição de determinados indivíduos às empresas. É, pois, para as empresas que a requisição existe.

Concorda com o Ministro Álvaro Cunhal em que o alcance fundamental do diploma está em que os direitos adquiridos não são prejudicados, e o requisitado voltará à sua actividade anterior depois de terminada a requisição.

Por outro lado, a limitação dos técnicos por empresa evita que se prejudique o sector privado.

O problema é, pois, o da oportunidade do diploma.

Lembrau que o pagamento da diferença de vencimentos sugerido pelo Primeiro Ministro nos termos que a seguir se referem, provocará injusta desigualdade entre os requisitados à actividade privada, além de que os que já ganharam muito, também podem, durante um período limitado, fazer sacrifícios.

Primeiro Ministro

Julga difícil que todos os Ministérios se pronunciem agora sobre a oportunidade.

Dado o carácter excepcional da medida, entende que ela deve ser compulsória para as empresas.

Entende também que a diferença entre o vencimento que a fun-



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

ção pública dá ao requisitado e o que ele ganhava na empresa privada devia ser pago por esta.

Seria uma maneira de o capital contribuir para o progresso do país.

Num período excepcional, até devia ser obrigatório para os indivíduos.

Ministro dos Assuntos Sociais

Reconhece que o diploma teria sido mais oportuno anteriormente.

Mas informa que no seu Ministério ainda tem oportunidade.

Considera muito pertinente a observação do Ministro da Economia.

No entanto, parece-lhe que, a ir para a frente este diploma, devia dizer-se claramente no preâmbulo que são extremas as deficiências da aparelhagem da administração pública e a dificuldade de as Finanças permitirem contratar técnicos apetrechados.

Quanto à Previdência, propôs que se mantivesse o regime de base, enquanto o indivíduo estivesse requisitado.

Criticou os artigos 8º e 9º que parece quererem transformar em definitiva uma situação temporária.

Ministro das Finanças

Apoiou a intervenção do Ministro da Economia.

Acha que não se deve marcar o número de técnicos. A falta de um técnico pode, em certos casos, conduzir a empresa à ruína.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Entende que a solução proposta pelo Primeiro Ministro quanto ao pagamento pela empresa da diferença entre vencimentos se deve admitir, mas não como obrigatória. De outro modo, a solução seria até discriminatória entre as empresas a que foram requisitados técnicos e as outras, com prejuizo para as primeiras. Mas se não se deixa aberta a possibilidade de a empresa pagar voluntariamente a diferença, o diploma perderá grande parte do seu alcance, pois muitos técnicos não aceitarão vir para a função pública.

Ministro do Trabalho

Levantou o problema da sobreposição de regimes de Previdência, que no seu Ministério tem dado também lugar a flagrantes desigualdades entre trabalhadores.

Ministro Melo Antunes

Propôs que, quanto à Previdência, se estabelecesse que os requisitados à actividade privada não sofressem os descontos oficiais sem ter, é evidente, os correspondentes benefícios.

Ministro da Administração Interna

Propôs que esta matéria fosse objecto de uma resolução do Conselho de Ministros.

O Conselho optou pelo decreto.

E, tendo em conta as várias opiniões formuladas, procedeu-se a alterações de redacção em vários artigos e supressão de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

outros, e o diploma foi finalmente aprovado pelo Conselho na sua redacção definitiva.

5. O Conselho aceitou que se passasse seguidamente ao ponto 7 da agenda - apreciação do projecto de lançamento de um empréstimo público.

Intervieram:

- O Ministro das Finanças
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Economia
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro Melo Antunes
- O Ministro Vitor Alves

Síntese dos pontos de vista apresentados:

Ministro das Finanças

Entende que a única forma aconselhável do ponto de vista económico é através de uma indexação com um juro baixo calculado sobre o capital indexado.

Mas deve-se chegar lá prudentemente, porque depois de uma primeira indexação num sector do mercado de capitais, terá de ser aplicado a todos, senão todos os recursos vão para aquele sector.

Mas assim também se influencia fortemente o custo de vida, visto que as taxas de juro começam a subir em flecha.

Admitir prémio de reembolso já é um primeiro passo, embora muito tímido.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Pode por-se o empréstimo a um prazo muito curto.

Se se aumentam muito as taxas, causam-se problemas financeiros a muita gente.

Estas preocupações são contraditórias com o facto de não estarmos a poupar o emigrante e nesse aspecto são de certo modo desonestas.

Mas este empréstimo destina-se a captar o entusiasmo popular.

Entende que deve haver um limite por uma questão de disciplina orçamental.

Quanto a ser politicamente inconveniente o empréstimo não chegar ao limite fixado, acha que é difícil assegurar uma contribuição mínima nas actuais condições do mercado de capitais. Além disso, só um estudioso irá descobrir no ano seguinte, nas contas gerais do Estado, o grau de sucesso que o empréstimo teve.

Ministro Álvaro Cunhal

Dado que a colocação do dinheiro aflige muita gente, e que muitos são os riscos que as pessoas temem, entende que haver uma certa garantia de que se pode emprestar ao Estado, contando com uma pequena desvalorização, já é muito bom.

Quanto ao empenhamento dos partidos políticos numa campanha de mobilização das pessoas, salienta que, tendo cada partido a sua classe de apoio, a contribuição dos partidos que se apoiam em classes economicamente desfavorecidas nunca será apreciável. Crê, por isso, que, valendo embora a pena que os partidos intervenham, não interessa empenhar as suas forças numa grande campanha, porque não



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

há razões que permitam supor que o êxito é assegurado.

Ministro da Economia

Entendendo que o empréstimo deve procurar ser atractivo do ponto de vista económico para que atinja o montante desejável, propôs alterações ao projecto com esse objectivo.

A certa altura da discussão, referiu a força comercial de vendas.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro Magalhães Mota

Expôs as suas dúvidas quanto à subscrição aberta e sem limites pré-fixados, dado o risco político de o empréstimo não chegar a montante apreciável.

Pensa que o valor nominal deve ser o mais baixo possível.

Concorda com a redução dos prazos do empréstimo, com amortização tão cedo quanto possível.

Ministro Melo Antunes

Reconhece ser preciso ter em conta que o empréstimo pode ser um fracasso em termos políticos. Mas a mobilização política em relação aos objectivos também tem de ser considerada.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Ministro Vitor Alves

Entende que este problema tem de ser considerado muito urgente, que é preciso começar quanto antes a mobilização nesse sentido.

Dada a necessidade de se aprofundar este assunto, salientada na discussão, o Ministro das Finanças propôs a constituição de um grupo de trabalho para esse efeito, o que o Conselho aprovou, sugerindo que na sua constituição entrassem, numa primeira fase, o Ministério das Finanças e empresas de publicidade, e numa segunda fase o MFA e os partidos políticos.

Fundação Cuidar o Futuro

6. Passou-se seguidamente à apreciação do projecto de diploma que constitui o Gabinete do Primeiro Ministro:

Intervieram:

- O Ministro das Finanças
- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro Magalhães Mota
- O Primeiro Ministro
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- O Ministro da Justiça
- O Ministro da Economia
- O Ministro da Administração Interna
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Coordenação Interterritorial



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Síntese das opiniões apresentadas:

Ministro das Finanças

Referiu que as letras dos vencimentos provocam reacções de outros Ministérios.

É sua opinião que todos os Chefes de Gabinete devem ter a letra B.

Quanto aos Adjuntos, também concorda, mas acha que vai haver pressão de todos os gabinetes.

Pensa que os técnicos não devem ser todos da letra D, mas haver letras variadas, como nos outros departamentos do Estado.

Levantou o problema dos contínuos, aos quais acabou por ser atribuída a 1.ª classe.

Ministro Vitor Alves

Informou que o que se resolver quanto a este Gabinete servirá de guião aos outros, e que vai haver uma reunião de Chefes de Gabinete em que este e outros problemas serão discutidos.

Ministro Magalhães Mota

Informou que no antecedente, a letra do Chefe do Gabinete do Primeiro Ministro era superior às dos outros. Tinha, assim como os secretários do Primeiro Ministro, o direito a pagamento de despesas de representação. O antecedente próximo é o da Presidência da



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

República, em que as letras eram precisamente estas.

Pensou-se que estas letras não seriam desajustadas nem às funções nem à qualificação dos consultores do Primeiro Ministro, nem ao tempo de serviço que têm de prestar, nem ao grau de responsabilidade e de confidencialidade que lhes são exigidos. E, tratando-se de funções temporárias, também as suas garantias são diferentes. Além disso, o Gabinete do Primeiro Ministro, como não tem serviços (Direcções-Gerais, etc.) só através de um staff poderá resolver os seus problemas.

Primeiro Ministro

Fundação Cuidar o Futuro

Referiu que no seu Gabinete se trabalha a tempo inteiro em horários que vão muitas vezes até às 2, 3 e 4 horas.

Este diploma foi feito de acordo com a proposta correspondente da Presidência da República.

A anterior proposta da Presidência do Conselho era mais modesta.

A constituição do quadro é moralizante, porque é clara e teve em vista dar elasticidade ao Gabinete e fomentar o espírito de equipa. Informou que os Adjuntos são militares e civis.

As mesmas letras constavam também de um projecto do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente.

Quanto às horas extraordinárias, acha que devem ser pagas como tais, sejam quantas forem. Este critério exige, é certo, a seriedade do funcionário. Mas crê que depois do 25 de Abril acabou a corrupção que antigamente havia nos Ministérios. Além disso, havia



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

uma tradição de gratificações que, essas sim, entende que deviam acabar.

Ministro dos Assuntos Sociais

Disse que o Gabinete do Primeiro Ministro é completamente diferente dos outros, visto que não tem infraestruturas técnicas. Vê os Adjuntos a substituir essas infraestruturas.

O que não acha bem é que os outros Gabinetes venham a ser à sua imagem e semelhança.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

Concorda com a solução proposta, entre outras razões porque seria uma maneira de acabar com as gratificações e porque se trata de funções temporárias.

Acha, pois, que nos outros Ministérios também devia ser assim, para acabar com tradições que vêm do passado e não se justificam.

Quanto às horas extraordinárias, acha que devem limitar-se, quanto possível. As indispensáveis, devem ser pagas.

Ministro da Justiça

Disse que não fizera objecções porque o Primeiro Ministro

SECRETO



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

sabe o que precisa que seja o seu Gabinete.

Já que a discussão se alargou, pensa que o regime deve ser uniforme em todos os Ministérios.

Para generalizar, acha altas as letras, porque o pessoal que não é dos gabinetes faz comparações e não se pode deixar de ter em conta o necessário clima de austeridade.

Quanto às horas extraordinárias, é certo que o pessoal dos gabinetes trabalha muito mais que o outro e nem todo trabalha o mesmo. Acha, pois, bem.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro da Economia

Disse que os seus Secretários de Estado o informaram de que o diploma ia levantar objecções nos serviços.

Por outro lado, há lugares que se podem extinguir, como os da Câmara Corporativa, por exemplo.

Subsecretário da Administração Interna

Entende que a responsabilidade dos funcionários pode ser semelhante a vários níveis.

A única diferença está no horário de trabalho.

Aprovado o projecto na generalidade, ia entrar-se na sua apreciação na especialidade.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Ministro Álvaro Cunhal

Achou, porém, que não se devia entrar nessa discussão, dada a delicadeza do problema do Gabinete do Primeiro Ministro, com o que o Ministro da Coordenação Interterritorial concordou.

O projecto foi finalmente aprovado, com atribuição da 1.ª classe a todos os contínuos e alteração na letra prevista para os tradutores, correspondentes e intérpretes.

Primeiro Ministro

Disse ainda que, ao nível da burocracia, que importa não confundir com democracia, há diferenças que a reunião dos Chefes dos Gabinetes tentará resolver.

7. Seguiu-se a apreciação de um projecto de resolução sobre deslocações ao estrangeiro.

Intervieram:

- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro das Finanças
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro da Administração Interna

O projecto foi aprovado com alteração do nº3, por forma a tornar mais claro que os acompanhantes só são contemplados com o pagamento de ajudas de custo quando a sua deslocação se caracterize também como missão oficial.

Relativamente aos montantes previstos na proposta para ajudas de custo, foram levantadas várias questões, como a de saber se não seria preferível que fossem pagas as importâncias efectivamente dispendidas em hotéis, estabelecendo-se ajudas de custo adequadas para as restantes despesas pessoais, a do aspecto imoral do pagamento de ajudas quando não houver efectivamente despesas, a de despesas que se têm de fazer por razões funcionais, tais como retribuição de convites e prendas, e esclarecido que este último ponto não levanta problemas, dada a existência de verbas para despesas de representação.

Ministro Magalhães Mota

Propôs que os Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros se encarregassem de estudar este problema de uma maneira geral.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*Ministro da Administração Interna

Achou que devia entrar neste grupo de trabalho. O Conselho aprovou.

8. O Conselho deliberou adiar a discussão da proposta da Comissão do Horário Nacional do Trabalho para uma nova agenda.

9. Por não se encontrar ainda presente o Ministro da Administração Interna, o Conselho reservou para o período da noite a apreciação da 2ª. parte da Lei Eleitoral.

10. Passou-se, pois, ao ponto que previa a apreciação do projecto de decreto-lei sobre contratação colectiva.

Ministro do Trabalho

Informou que tem tido grandes problemas por este diploma não ter ainda sido aprovado.

Ministro da Justiça

Disse não estar preparado para discutir a nova versão apresentada.

O Conselho deliberou que este ponto passasse para nova agenda.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

11. O Ministro dos Assuntos Sociais aproveitou para por um ponto fora da ordem do dia: o deficiente controle dos diplomas.

Teve uma comissão demissionária por se terem perdido dois diplomas na Presidência da República.

Ministro Magalhães Mota

Referiu que isso acontecera antes do 28 de Setembro.

Fundação Cuidar o Futuro

12. Entrou-se depois na apreciação do projecto de decreto-lei que institucionaliza a Comissão Nacional de Descolonização.

Intervieram:

- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro Melo Antunes
- O Primeiro Ministro
- O Ministro da Economia
- O Ministro da Justiça
- O Ministro da Educação Nacional
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro Vitor Alves

SECRETO



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Síntese das opiniões expressas:

Ministro dos Assuntos Sociais

Pediú então que houvesse maior informação acerca do Ultramar.
Disse que as leis sancionam a vida.

Que é certo que a informação tem sido muito melhor ultimamente.

Gostaria por isso de ver neste diploma uma disposição em que se dissesse que as deliberações da Comissão serão apresentadas ao Conselho de Ministros, isto para acentuar a relação da Comissão com o Governo.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro Álvaro Cunhal

Disse que não estão criadas as condições para que se vá além do que está previsto.

Nas linhas gerais devia haver uma informação mais completa dos Ministros.

Quanto às dúvidas acerca da competência da Comissão, para cujo esclarecimento o Ministro da Educação e Cultura propusera a introdução de um trecho no preâmbulo, entende que estão cobertas pelo artigo 2º.

Ministro da Coordenação Interterritorial

Entende que a obrigatoriedade de apresentação das delibera-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

ções da Comissão ao Conselho de Ministros será um entrave.

O Primeiro Ministro sujeitará à aprovação do Conselho de Ministros as decisões que entender convenientes.

Aliás, a Comissão não tem função legislativa.

Ministro Melo Antunes

Salientou que o Conselho de Ministros não pode estar divorciado das deliberações que se tomam na Comissão de Descolonização, pois é ele que define as posições do Governo Português.

Concorda com a necessidade da relação desejada pelo Ministro dos Assuntos Sociais

Primeiro Ministro

Disse que há que distinguir um aspecto tático e um aspecto estratégico. Quanto a este, o Governo está de acordo.

O aspecto tático é que obriga a reuniões em datas diferentes das previstas.

Julga que há um aspecto histórico a considerar: o General Spínola tinha tudo na mão.

A criação desta Comissão teve como objectivo o alargamento. Depois da saída do General Spínola, mais se alargou.

Entende que o que se pretende salientar é o aspecto da solidariedade do Governo sobre a política de descolonização.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Referiu que a Comissão foi feita para enquadrar o General Spínola

Depois de mais algumas intervenções, e sob proposta do Ministro Vitor Alves, o diploma foi aprovado com novo preâmbulo e algumas alterações de redacção a introduzir pelo Ministro da Coordenação Interterritorial.

13. Passou-se à discussão do projecto de decreto-lei que institucionaliza o Gabinete Coordenador para a Cooperação.

Intervieram:

- O Ministro da Economia
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro Melo Antunes
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro das Finanças
- O Ministro da Educação e Cultura
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Primeiro Ministro
- O Ministro dos Assuntos Sociais

Síntese dos pontos de vista expressos:

Ministro da Economia

Disse pensar que este gabinete dependerá da vida que tiver,



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

temporária ou de grande instituto de apoio. Experiências estrangeiras neste campo funcionaram mal.

No nosso país, criar para a coordenação, um organismo paralelo aos Ministérios, com tanta escassês de recursos, merece que previamente se pondere muito bem.

Acha que devemos empenhar-nos na cooperação e canalizar o interesse do povo português para isso, mas tem dúvidas sobre o interesse da institucionalização do gabinete.

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Fundação Cuidar o Futuro

Considera conveniente distinguir bem este decreto do que acaba de ser aprovado, para evitar a confusão entre descolonização e cooperação.

Por isso criticou disposições do projecto com alusões directas ou indirectas à descolonização.

Referiu que há limites objectivos. A cooperação, para não ser paternalista, tem de ser diluída na cooperação geral.

Está de acordo com a constituição do Gabinete, mas não junto do Ministério da Coordenação Interterritorial.

Acha que o Gabinete deve pertencer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Ministro das Finanças

Entende que este Gabinete tem funções relacionadas com vários Ministérios.

Receia que vá duplicar esforços.

É certo que se chama coordenador, mas o projecto atribui-lhe funções de estudo. Trata-se, pois, de um problema de redacção.

Ministro da Educação e Cultura

Fundação Cuidar o Futuro

Disse que o critério deve ser o da eficácia. Mas também o do respeito por certas normas sobretudo em Direito Internacional.

Assim, o canal normal neste caso será o Ministério dos Negócios Estrangeiros, visto tratar-se de países independentes.

Por outro lado, com tantas comissões de coordenação, acabar-se-á por ficar de tal modo descoordenado que se chegará ao ponto de não saberem uns o que os outros fazem.

Citou casos concretos para ilustrar a sua preocupação.

Acresce que as áreas de actuação estão indefinidas.

Acha que se devia ir para formas mais operacionais, mais explícitas.

Ministro Álvaro Cunhal

Acha que o processo será certamente muito complicado.

Em relação aos organismos que se criam, pensa que o trabalho



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

neste Gabinete deve tender a uma perspectiva de reunificação ulterior de competência.

Ministro dos Assuntos Sociais

Tem uma reacção ambivalente a este diploma. Tudo o que seja funções de coordenação, parece-lhe ^{de} evidente necessidade. Mas tem receios fundados na experiência de outros países europeus, nomeadamente na experiência francesa. É que, na verdade, a tendência tem sido para considerar a cooperação como sinónimo de não descolonização.

Ministro Melo Antunes

Entende que o que é preciso é estudar os organismos de acordo com as realidades.

Acha natural que esta Comissão tenha de trabalhar conjuntamente com os diversos Ministérios. A ideia não é criar um organismo que elabore estudos muito complicados que podem ser elaborados por outros departamentos, mas coordenar as suas actuações.

Quanto ao facto de o diploma prever que o Gabinete proceda a estudos, disse que ele terá de estudar estes problemas segundo pontos de vista diversificados, por exemplo, não só culturais, mas financeiros.

O Gabinete Coordenador existe precisamente para fazer os estudos de um ponto de vista mais global e coordenar os estudos

SECRETO



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

elaborados no seu domínio próprio.

Afirmou que se tem estado muito atento a evitar modelos estrangeiros.

Que tem havido oposição terminante à ideia já levantada de mandar pessoas a França fazer estudos acerca da forma de resolver estes problemas.

Salientou ainda que a nossa descolonização é profundamente diferente da francesa.

Acha discutível se as relações, por exemplo com a Guiné, devem correr pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ou não. Mas, numa fase inicial, enquanto ^{este Estado} não embala sózinho, talvez falseasse a realidade fazer correr estas relações pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ministro da Coordenação Interterritorial

Salientou que, tendendo o seu Ministério a ficar reduzido a zero, o Gabinete será aquilo que pode ficar em seu lugar.

De acordo com o que vier a ser o processo de descolonização, este organismo será o que as circunstâncias dele fizerem.

Pretende ser um embrião de qualquer coisa que pode vir a ser grande ou pequena.

Quanto ao problema do saber se vale ou não a pena criá-lo, entende que agora não se pode deixar de falar em cooperação.

Angola e Moçambique bastam para justificar o nosso interesse em iniciar este processo.

Além disso, para a Guiné, as ajudas que possamos fornecer-



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-lhes são de um valor inestimável.

Para Moçambique e Angola o nosso esforço terá de ser maior mas temos nele o maior interesse.

A algumas dúvidas quanto às acções a desenvolver pelo Gabinete, afirmou que a intenção do diploma é precisamente coordenar.

O seu Ministério não tem estruturas para a tarefa que se lhe apresenta.

Criado para a colonização, tem agora de descolonizar e ainda de cooperar.

Não se pode deixar esta tarefa à descoordenação dos vários Ministérios.

Fundação Cuidar o Futuro

Quanto à amplitude, existe a ambição de ir tão longe quanto possível.

Concorda com a eliminação de algumas referências a descolonização. A verdade, porém, é que ainda há colónias. E que os novos Estados têm grande necessidade da nossa ajuda.

Tem-se tentado evitar o neo-colonialismo.

Temos sido humanos, compreensivos, mas respeitadores da sensibilidade desses Estados.

Quanto à dependência do Gabinete, salientou estar expresso no projecto ^{que} ele é criado na Presidência da República.

Além disso, estamos a descolonizar ainda. E há coisas que têm de correr pelo Ministério da Coordenação Interterritorial, enquanto ele existir.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*Primeiro Ministro

Disse que estamos a viver novas experiências. Temos de arranjar instrumentos que permitam resolver os novos problemas que se nos põem.

Todas as críticas são convenientes. Mas não existe a ideia de tornar este organismo muito complexo.

Respondendo ao Ministro Álvaro Cunhal, disse que a ideia é precisamente a de unificar e não diferenciar.

E nem sequer há meios que permitam duplicações.

Chamou a atenção para o facto de o Ministério dos Negócios Estrangeiros também estar no Gabinete.

O Conselho deliberou aprovar o projecto e confiar ao Ministro da Coordenação Interterritorial a elaboração da sua redacção definitiva.

13. Entrou-se seguidamente na apreciação do projecto de decreto-lei que estabelece as bases do estatuto dos funcionários portugueses nos Estados de expressão portuguesa que venham a constituir-se no decurso do actual processo de descolonização.

Intervieram:

- O Ministro das Finanças
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Administração Interna
- O Ministro Melo Antunes



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro dos Assuntos Sociais
- O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
- O Ministro do Trabalho
- O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente
- O Primeiro Ministro

Síntese dos pontos de vista expressos:

Ministro das Finanças

Fundação Cuidar o Futuro

Entende que este projecto tem de ficar reservado para quando as linhas do orçamento já estiverem estabelecidas, dado que, segundo informação colhida do Ministro da Coordenação Interterritorial custa 3 500 000 contos. Mas está convencido de que o risco é de 5000.000 contos, o que é enorme em relação ao nosso produto nacional.

De qualquer modo, não podemos fazer ^{as} coisas sem olhar para as consequências financeiras e económicas, a olhar apenas para as razões políticas.

E como Ministro das Finanças, não pode assinar um diploma sem saber bem a despesa que ele implica.

Não pensou na hipótese de não dar nada. O problema põe-se, aliás, não só quanto aos funcionários, mas a quaisquer outros indivíduos que trabalhassem no sector privado e venham para cá com problemas de desemprego.

Considera que pagar-se-lhes aqui um ordenado igual ao que se



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

paga aos funcionários da Metrópole é efectivamente um grande incentivo para que venham.

Não tomar qualquer compromisso para os que ficam a trabalhar lá, também não lhe parece conveniente.

Outro problema é o das pensões de sobrevivência. Deve inserir-se num esquema de assistência.

Concorda que se lhes dê preferência para entrarem nos quadros do funcionalismo público da Metrópole.

Mas não acha que se lhes deva pagar antes disso.

Quanto à guerra, a verdade é que as despesas ainda não acabaram.

Fundação Cuidar o Futuro

A previsão orçamental é de grande subida.

Ministro Álvaro Cunhal

Disse que o problema é o de saber se se deve incentivar o regresso ou a permanência. Entende que se deve incentivar a permanência. Muitos, aliás, permaneceriam se não houvesse o 25 de Abril. Afigura-se-lhe que este decreto incentiva o regresso.

Além disso, cria problemas políticos, pela introdução de elementos reaccionários na burocracia portuguesa.

Compartilha as preocupações do Ministro das Finanças.

Chama ainda a atenção do Conselho para que será bom ver a tempo donde poderão vir os recursos necessários a esta obra que está acima dos recursos dos portugueses.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Ministro da Coordenação Interterritorial

Disse que este decreto é aguardado com grande ansiedade.

Está convencido de que, com ou sem diploma, os problemas vão pôr-se.

Quanto ao montante referido pelo Ministro das Finanças, diz que apenas fez uma estimativa.

Além disso, a despesa não cairá com todo o seu peso em 1975.

O êxodo presumível ocorrerá em meio ano e só em relação a Moçambique.

Está convencido de que em Angola, 80% da população europeia optará pela nacionalidade angolana, voltando, assim, muito pouco funcionalismo.

Realçou que o êxodo de Moçambique se tem verificado apenas em Lourenço Marques.

Há também que contar com a capacidade de absorção da África do Sul.

O que vai acontecer é que muita gente se desloca cautelamente nesta fase crítica.

Já tem acontecido que os aviões não vêm cheios.

De qualquer modo, não se pode vincular a população à permanência.

Se as tropas ficarem mais tempo, mais tempo poderá decorrer para segurar essas pessoas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

São muitos os que querem ver regularizada a sua situação.

É certo que isso implica uma grande carga para o orçamento da Metrópole em 1976 e 1977. Em 1975 não muito.

Mas protelar a publicação do diploma não seria vantajoso para nós, nem sob o ponto de vista humano, nem económico, nem qualquer outro.

Preocupa-o a lei das opções.

A total liberdade de escolha levaria os 350 000 mestiços dos territórios africanos, que temem a africanização da África, a optar pela nacionalidade portuguesa.

Alás, não está totalmente convencido de que este diploma incentive o regresso.

E está convencido de que este diploma é, pelo contrário, um travão ao regresso que agora se baseia sobretudo no temor da futura impossibilidade de regressar.

Passados os incidentes, eles acabarão por ser esquecidos e as pessoas tenderão a ficar.

Pensa que o panorama não é tão negro como ele próprio o apresentou ao Ministro das Finanças.

Quanto à tendência reaccionária da população, é verdade.

Mas virão piores se não virem a sua situação assegurada por este diploma.

Quanto ao aspecto da necessidade de ajuda, concorda perfeitamente com o que disse o Ministro Álvaro Cunhal.

Através da ONU ou de outros países, precisamos na verdade



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

de ser ajudados neste grande esforço, com decreto ou sem ele.

Defendeu o projecto, com citação de diversas disposições, reconhecendo embora que é sempre um sacrifício.

Quanto à incerteza acerca do seu custo, pensa que há domínios em que não é possível ter certezas, como este. Há-de haver na técnica orçamental maneira de resolver estes problemas de imprevisão.

Acha que as ideias do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, adiante referidas, não tomam em conta a premência do problema.

Choca-o a negociação dos nossos emigrantes.

E quanto ao mais, não tomam em conta a premência do problema.

Fundação Cuidar o Futuro

As declarações do Ministro já não resolvem o problema.

Insite, por isso, em que seja feita uma votação.

Apreciou as ideias expressas pelo Ministro do Trabalho, também referidas mais adiante, e parece-lhe que algo delas se pode aproveitar.

Ministro da Administração Interna

Disse estar convencido de que, depois das independências, uma das preocupações dos partidos emancipalistas será substituir os quadros europeus por quadros africanos, quer aqueles queiram ficar quer não.

Ministro Melo Antunes

Referiu que grande parte da argumentação do Ministro da Coor-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

denação Interterritorial esgota o problema. No entanto, quer ainda dizer que não há nenhum Governo responsável que possa abandonar os seus nacionais, custe o que custar, e seja qual for o papel ^{que} eles tenham desempenhado na situação colonial. Isto é um ponto de princípio, sem prejuízo de ^{se} fazerem todos os estudos que conduzam a que este problema saia ^o mais econômico possível.

Quanto à questão de ser ou não um estímulo ao regresso dos funcionários, acha que o Ministro da Coordenação Interterritorial tem razão. O contrário levará à debandada absoluta.

Quanto a estar acima das nossas forças, a guerra também ^o vestava.

A descolonização ^{tem} todos os aspectos positivos que conhecemos.

Traz também consequências difíceis que temos de suportar. Temos de assumi-las, dizê-las à Nação sem ambiguidades. Uma política rígida na Administração Pública, no sentido da não admissão de novos quadros e ^{da} colocação dos quadros vindos das colônias, ajudará a resolver o problema.

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Manifestou-se no sentido de que se espere pela preparação do orçamento para retomar o diploma.

Mas acha que, primeiro, se deve estudar e organizar o fluxo de uma parte da população de Angola e Moçambique para países estrangeiros.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Isto responde ao interesse já manifestado por alguns Estados em receber essas populações, designadamente o Canadá, a Argentina e a Austrália, e sabe haver muitas pessoas que preferem elas próprias ir para a América Latina a vir para a Europa.

Seria conveniente negociar desde já com os movimentos emancipalistas várias questões subjacentes a este decreto, nomeadamente as questões relativas à nacionalidade, de consequências políticas e financeiras muito importantes.

Bater-nos-íamos pela permanência em Angola e Moçambique daqueles que assim o desejarem, suportados não só por Portugal, mas também pelos orçamentos desses territórios.

Sob a forma de declaração do Ministro poderia dizer-se que o Governo considera funcionários portugueses os indivíduos em causa e, oportunamente, serem tomadas medidas.

Evitar-se-ia assim uma votação que iria precipitar a resolução desta questão.

Ministro do Trabalho

Compreendendo os problemas dos Ministros da Coordenação Interterritorial e das Finanças, entende que temos obrigações para com estes indivíduos, e devemos fomentar a sua manutenção.

Que a insegurança pode ser contraproducente.

Por outro lado, tomar o compromisso que o decreto implica, representa uma grande despesa.

Poderia prever-se certa assistência à chegada, vencimento base durante determinado período, depois uma percentagem, cessação



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

da pensão depois de terem arranjado emprego.

Há cá muitos desempregados sem qualquer subsídio.

Devia criar-se um estímulo transitório à sua permanência lá, ^{o estímulo} não definitivo que o projecto prevê.

Pensa também que os Ministros das Finanças e da Coordenação Interterritorial poderiam encontrar em conjunto uma solução.

Existem muitas variáveis.

É difícil chegar a dados rigorosos.

Esperar pelo orçamento não adiantaria.

Acredita no êxito da missão aos países referidos pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros cu outros dispostos a receber portugueses.

Ministro do Equipamento Social e do Ambiente

Concorda com a proposta do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. É um problema nacional em que estamos todos igualmente empenhados e responsáveis.

Era preciso uma solução que não incentivasse ao regresso à Metrópole.

Está convencido de que o projecto traz na verdade um estímulo ao regresso.

Vitor Alves

Fazendo o ponto, referiu que há duas posições bem marcadas: há uma obrigação de apoiar os portugueses que estão nas colónias e



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

há o interesse em fazer o possível por que eles fiquem.

Propôs que os Ministros das Finanças e da Coordenação Interterritorial procurassem chegar em conjunto a uma solução.

Primeiro Ministro

Disse que os processos de descolonização não se fazem a sangue-frio. Nunca se fizeram.

A nossa maior dificuldade é que queremos fazê-la sem neo-colonialismo.

Não estamos em condições de resolver isto agora.

Custa-lhe aceitar as soluções propostas pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, com lançamento de portugueses para a emigração.

Não podemos, é certo, por quaisquer hipóteses de parte, porque somos pobres.

E se conseguirmos fazer a descolonização em Angola sem guerra civil, já é ótimo.

Propôs que os Ministros das Finanças e da Coordenação Interterritorial se reunissem com ele, antes de estar pronto o orçamento geral do Estado, numa tentativa de encontrarem uma solução conciliatória no mais curto espaço de tempo possível.

Não se pode jogar no tudo ou no nada, como aconteceria com uma votação.

Trariam o resultado do seu trabalho ao Conselho de Ministros.

A terminar, salientou a forma como este problema foi debatido, que traduz o perfeito espírito de coligação deste Governo, que



SECRETO

-43-

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

é uma verdadeira equipa.

Acha ainda que o Ministro Melo Antunes, logo que possa, deve ter um encontro com Samora Machel, dentro de dias, o mais brevemente possível.

Ministro da Economia

Acha que os garantes desta factura temos de ser nós, pois não acredita muito nas ajudas dos outros países ou nas possibilidades de Samora Machel.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro dos Assuntos Sociais

Leu, como dado humano, uma carta muito dramática, proveniente de Angola.

Ficou finalmente deliberado que, no dia 25 ou no dia 26, o Ministro da Coordenação Interterritorial e o Ministro das Finanças se reunirão com o Primeiro Ministro numa tentativa de resolver o ponto de discordância que se verificou ser neste momento difícil de ultrapassar.

14. O Primeiro Ministro informou o Conselho de que o Ministro da Educação, antes de se retirar, lhe comunicara que mantinha inabalável a decisão de abandonar o Ministério.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

15. Entrou-se no ponto relativo à Lei Eleitoral.

Intervieram:

- O Ministro Vitor Alves
- O Ministro da Justiça
- O Ministro da Coordenação Interterritorial
- O Ministro da Administração Interna
- O Ministro Magalhães Mota
- O Ministro Álvaro Cunhal
- O Ministro da Economia

Ministro Vitor Alves

Fundação Cuidar o Futuro

Referiu-se às preocupações do sector da comunicação quanto ao direito de antena (artigo 63º e seguintes), que está prevista em termos que ^{esse sector} considera insuportáveis para o público, e à parte ^{estes} relativa aos jornais, que ^{estes} acham inexecutável. Referiu-se também ao problema da obtenção de um mínimo de votos para ter representação na assembleia.

Propôs que fosse feita pelo Governo e pelos técnicos da informação a regulamentação dos dois pontos referidos.

Após uma intervenção do Ministro da Coordenação Interterritorial, o

Ministro da Justiça

Informou o Conselho de que existe em S. Miguel um movimento separatista muito forte. Supõe que na Madeira também há.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Ministro da Administração Interna

Concordou com os dois pontos referidos.

Propôs que seja constituída desde já a Comissão Nacional das Eleições e que seja ela a fazer a regulamentação.

Solicitou que as objecções sejam postas com antecedência ao seu Ministério, para que ele tenha consciência das dificuldades a que pretendem obviar.

E informou o Conselho de que vai fazer uma comunicação ao país sobre a Lei Eleitoral

Fundação Cuidar o Futuro

O Conselho deliberou adiar para a próxima sessão a apreciação das alterações que porventura surjam, e reenviar depois ao Conselho de Estado a segunda parte da Lei Eleitoral, para serem novamente apreciadas por aquele Órgão do Estado as disposições eventualmente alteradas.

Ministro Magalhães Mota

Referiu-se ao grande número de artigos que foram eliminados pelo Conselho de Estado.

Ministro Álvaro Cunhal

Pensa que vai haver certas dificuldades no processo.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Ministro da Economia

Lamentou que o Conselho de Estado se prendesse com tantos pormenores. Pensa que deveria limitar-se às linhas gerais, por razões de eficácia.

Finalmente foi aprovada a proposta dos Ministros Vitor Alves e da Administração Interna.

16. O ponto 5 da agenda - apreciação de um projecto de resolução sobre saneamento da função pública - foi retirado da ordem dos trabalhos.

17. O Ponto 6, apreciação do ante-projecto de um diploma que visa substituir o decreto-lei 277/74, passou para nova agenda.

18. O ponto 10 também não foi discutido. Voltará a Conselho, em versão elaborada pelo Ministro Vitor Alves.

III - Depois da ordem do dia

1. O Ministro da Economia informou o Conselho da próxima ida a Moscovo do Secretário de Estado do Turismo e da introdução de algumas alterações no projecto de convênio comercial com a URSS, que submeterá a Conselho se assim se entender.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*Ministro Álvaro Cunhal

Considerou excessivo o tempo que mediou entre a proposta e a realização desta viagem. No que respeita às comissões, ^{salientou que} ~~é~~ necessária muita atenção a que o esquema que foi previsto se mantenha. ^{referiu} E ~~que~~ convem informar as firmas soviéticas de que se prevê que as próximas colheitas ^{talvez} permitam vender futuramente mais barato.

Uma alteração na data da viagem do Dr. Vera Jardim seria muito prejudicial.

É preciso resolver todas as dificuldades para fazer andar o processo.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro da Economia

Disse que um convênio comercial tem de ser ponderado e certamente a União Soviética não fará pressões, antes terá compreensão para as nossas contrapropostas.

Ministro Álvaro Cunhal

Respondeu que não se tratava de um problema de pressão, mas de eficácia. Se precisâmos de 15 dias e eles precisam de outros 15 dias, é um grande atraso.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Entende que realmente 15 dias para trabalhar um acordo entre um país tão pequeno e um país tão grande é pouco.

Com outros países não se trabalha tão depressa.

Informou que não podia reunir no dia seguinte.

Com vista a resolver todas as eventuais dificuldades, foi deliberada a realização de uma reunião dos intervenientes neste processo, que terá lugar no dia 25 à tarde.

Fundação Cuidar o Futuro

2. O Conselho aprovou uma proposta de resolução apresentada pelo Ministro dos Assuntos Sociais, criando Comissões Regionais de Coordenação da Animação Socio-Cultural.

3. Sob proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, o Conselho deliberou que fosse dada prioridade às Comissões de Saneamento no fornecimento de informações pela Comissão de Extinção da Pide-DGS.

4. O Conselho aprovou, sob proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, uma alteração ao decreto que extingue o Conselho Geral do Fundo de Fomento da Habitação.

5. O *Ministro da Administração Interna* informou o Conselho de que existem pedidos de abertura de fronteira em vários pontos, que enumerou.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Parece-lhe que não são oportunos, mas gostaria que fosse estabelecida uma orientação para o futuro, visto que há a considerar aspectos da competência de vários Ministérios - segurança, turismo, finanças, etc.

Outros membros do Conselho referiram que há pedidos relativos a outros pontos da fronteira.

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Informou que há uma comissão que reúne uma vez por ano. É preciso esperar que essa Comissão aprecie os pedidos já apresentados e os demais que vierem a sê-lo.

Depois, os vários Ministérios estudarão o problema em conjunto. É uma questão muito complexa. Só depois poderá vir a ser proferida decisão.

6. O Conselho autorizou o Ministro dos Assuntos Sociais a deslocar-se à Bélgica, para assistir a uma reunião internacional para a qual recebeu convite de uma colega daquele país.

7. O *Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros* informou que na próxima 2a. feira, -25, há uma reunião na Assembleia Geral da ONU, sobre a representatividade dos dois governos do Camboja.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Segundo uma tese, o Governo actual, que ocupa um território mínimo, é o Governo legítimo.

Segundo outra, o Governo legítimo é o Governo revolucionário, que ocupa a maior parte do território, tem a maioria da população e tem uma administração.

A proposta dos Estados Unidos, que manifestaram interesse em que os acompanhássemos, é no sentido da realização de negociações entre os dois governos.

Informou o Conselho da posição que outros países vão tomar.

Pede orientação ao Conselho para dar instruções a Nova York.

Fundação Cuidar o Futuro

Ministro Vitor Alves

Entende que o Senhor Presidente da República terá uma palavra a dizer.

Sugere que o Primeiro Ministro fale com ele.

O Conselho concordou.

Ministro Álvaro Cunhal

Entende que, não obstante, o assunto merece aprofundamento. É uma capital cercada e isolada. É preciso uma informação sobre a posição dos países socialistas.

Se determinadas lições nos levariam num sentido, também um voto contra o movimento libertador não seria o mais indicado.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Diz que é provável que a tese do governo revolucionário obtenha dois terços.

Mas que a posição americana é muito hábil.

Pessoalmente é favorável à abstenção.

Depois de pequenas intervenções do Primeiro Ministro e do Ministro da Justiça, o Conselho votou a abstenção.

8. Foram ainda aprovados os seguintes diplomas:

Fundação Cuidar o Futuro

O que autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contratos para a execução da empreitada do Edifício das Obras Públicas do Porto - remodelação das instalações da Direcção Hidráulica do Douro.

O que autoriza a mesma Direcção Geral a celebrar contrato para a execução da empreitada da Pousada de S. Brás de Alportel.

O que aprova para ratificação a convenção entre os governos de Portugal e da Suíça para evitar as duplas tributações em matéria de impostos sobre os rendimentos e sobre o capital, bem como o respectivo protocolo adicional.

O que altera a redacção da alínea c) do nº1 do artigo 16º



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

do Decreto-Lei nº439/73, de 3 de Setembro, relativo ao recrutamento de oficiais para a GNR e Guarda Fiscal.

O que atribui ao Conselho de Estado o direito ao abono de senhas de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte.

Foi designado administrador por parte do Estado junto da Empresa Carbonífera do Douro o Dr. Henrique Rosa Vieira Lopes.

Fundação Cuidar o Futuro

A próxima reunião do Conselho será no dia 26 de Novembro, em dois períodos, de manhã e à tarde.